

A REPRESSÃO IDEOLÓGICA NA UFPB DURANTE A DITADURA MILITAR¹

Francio Xavier Santos Costa²

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (orientadora)³

O presente trabalho visa apresentar os resultados parciais do Projeto de Iniciação Científica “UFPB: Histórias de Repressão em Tempos de Expansão (1964-1984)”, fundamentado essencialmente na documentação existente no Arquivo Geral da UFPB. Com a conclusão da organização do corpus documental e respectiva análise, identificamos os fortes mecanismos de repressão aos estudantes, professores e funcionários. Atualmente estamos na fase de entrevistas, com estudantes, professores ou funcionários que estavam ligados a Universidade durante o período do recorte temporal da pesquisa. Estas entrevistas irão nos ajudar a preencher lacunas referentes à pesquisa documental, como por exemplo, uma visão mais precisa do cotidiano vivido nestes anos de repressão política e ideológica. Além destas entrevistas que estão sendo realizadas, utilizamos também as entrevistas já feitas com pessoas como Lynaldo Cavalcante de Albuquerque, reitor da UFPB de 1976 a 1980, e Guilardo Martins Alves, primeiro reitor/interventor do regime militar, substituto de Mário Moacir Porto e que ficou de 1964 até 1970.

O principal objetivo do projeto é analisar os movimentos de expansão institucional e de repressão ideológica ocorridos na UFPB durante a Ditadura Militar, a partir da perspectiva e relação entre história local e nacional. Como objetivos específicos temos: a organização de parte do acervo documental do Arquivo Geral, necessária ao desenvolvimento da pesquisa; a identificação dos mecanismos utilizados na relação da Universidade com o poder local e nacional; a identificação dos mecanismos e instrumentos de controle e cerceamento da liberdade instituídos na Universidade; a distinção das debilidades e fragilidades e a força e resistência dos movimentos dos segmentos universitários; a caracterização do envolvimento dos discentes nas propostas de extensão oficiais e alternativas; a avaliação do papel do Serviço Nacional de Segurança (SNI) e da Assessoria de Segurança e Informações (ASI) na UFPB e, por fim, a investigação das contradições da sociedade brasileira e paraibana no microcosmo universitário.

Para a execução deste projeto foram planejadas duas atividades distintas: a organização de parte do acervo documental do Arquivo Geral da UFPB e a pesquisa sobre a repercussão

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “História Cultural”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Graduando em História pela Universidade Federal da Paraíba. Bolsista PIBIC/UFPB/CNPq.

³ Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.

da Ditadura Militar na UFPB. Como ponto de partida fizemos estudos e discussões de textos para a fundamentação teórico-metodológica e de conteúdo histórico, com debates internos, que foram realizados ao longo do projeto, bem como reuniões de planejamento e avaliação das atividades. Paralelo a isto, foi feita a organização do acervo documental do Arquivo Geral da UFPB, pertinente ao recorte temporal deste projeto, a elaboração de um instrumento de pesquisa, que poderá subsidiar outros trabalhos, e a coleta de dados, construção de tabelas e análises, quantitativa e qualitativa, com base nas fontes (bibliografia, documentais e história local) sobre o contexto histórico, a expansão institucional da UFPB e os movimentos de resistência e de repressão na UFPB. A última etapa foi a produção de textos sobre o tema estudado.

Para um melhor entendimento do que aconteceu no plano local, faz-se necessário uma contextualização do período em questão. Tenso e repressor, assim pode ser descrito o período de vinte anos que sucede a tomada do poder no estado brasileiro pelos militares. O novo regime procurou legitimar-se através da edição, pelo executivo, de sucessivos atos institucionais, decretos e leis, que visava estabelecer rígidos parâmetros para o comportamento político e cívico do país.

Nesta época explodiram movimentos de resistência ao regime, como o MR8. Monique Cittadino, em “A UFPB e o Golpe de 64”, relata a participação e mobilização de vários setores da Sociedade Civil no processo político nacional. No campo, os Sindicatos Rurais e as Ligas Camponesas, sofrendo com as conseqüências da invasão do capitalismo, revoltam-se e travam grandes lutas contra o governo para reaverem suas terras e por melhores condições de trabalho.

Contrários ao Regime aparecem as classes conservadoras, que vêem a incompatibilidade de relação entre o sistema capitalista, que vivia os seus “anos de ouro” depois da Segunda Guerra Mundial, com a expansão e penetração do capital estrangeiro em diversos países, e a democracia populista a que Jango estava inclinado antes do Golpe, quando anunciou a implantação das reformas de base.

A Revolução de 1964, assim chamada pelos militares o seu golpe de estado, abre o mercado brasileiro ao mercado externo, direcionando o ensino público, através da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus (Lei 5692/71), para a formação de mão-de-obra necessária às multinacionais que se instalaram no país a partir de 1964, além de manterem o alto grau de seletividade ao ingresso no ensino superior.

Desta forma, não houve no Brasil o incentivo necessário ao desenvolvimento de pesquisas científicas, o que implica também na não preservação dos documentos existentes que seriam necessários para este fim. As duas décadas de regime ditatorial sem a manutenção dos arquivos, aliado ao desaparecimento de grande parte dos documentos deste período, deixaram os acervos documentais em situação precária, e os pesquisadores, muitas vezes

sem material suficiente para uma pesquisa com bases sólidas que possam lhe dar confiabilidade, coerência e fidelidade ao passado.

O golpe militar de 1964 trouxe consigo ideais de progresso que de certa forma foram alcançados. O país cresceu bastante economicamente neste período, porém, foi pago um alto preço, além do “bolo” não ter sido dividido, o povo brasileiro amargou vinte anos de repressão que acabaram por atrasar e interromper o processo democrático do país.

No plano local, a UFPB sofreu logo de início, como conseqüência do golpe militar de 1964, o afastamento do seu Reitor Mário Moacyr Porto, sendo substituído pelo professor de medicina e ex-oficial do exército Guillardo Martins Alves, fato que mostra a preocupação do governo militar de manter o controle em todos os segmentos do Estado.

O Reitor/Interventor tomou medidas enérgicas contra reações adversas ao golpe por parte do quadro de professores, funcionários e alunos da UFPB. No corpo docente podemos citar a exoneração do cargo de coordenador do Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas, o professor Paulo Pires, a não renovação dos contratos e suspensão de pagamentos de professores, como ocorrido com os professores da área de Ciências Humanas Maria Tereza Ribeiro Prost e José Jackson de Carvalho. No quadro de funcionários alguns contratos foram rescindidos, outros que prestavam serviços a Universidade, mas eram funcionários do Estado, e que contra os quais havia suspeita de “atividades subversivas”, foram devolvidos às suas respectivas repartições, como no caso do jornalista Luiz Gonzaga Rodrigues, que hoje é colunista no Jornal O Norte. No corpo discente, dissolveu o Diretório Central dos Estudantes e os diretórios acadêmicos de medicina, da Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola Politécnica. E ainda, vários estudantes tiveram suas matrículas suspensas, entre tantos citamos Risalva Bandeira Machado e o Padre João Batista Filho.

Na linha de pesquisa referente à repressão já foram encontrados ofícios, recebidos e expedidos, que refletem o momento político pelo qual o Brasil estava passando. Vários Institutos e Faculdades sofreram intervenção, bem como o Diretório Central dos Estudantes – DCE e todos os Diretórios Acadêmicos, estes, inclusive, passaram a ser, por meio da Lei Suplicy de Lacerda, subordinados às direções das faculdades, com os alunos sendo obrigados a participar do processo eleitoral. Professores, funcionários foram afastados, demitidos, tiveram seus contratos rescindidos, alunos foram afastados, perseguidos, impedidos de estudar, a exemplo do então estudante de Direito Rubens Pinto Lyra. Segundo Cláudio José Lopes Rodrigues, a UFPB “ratificaria a ditadura com grande docilidade e simpatia” (2000, p. 21).

Em 1964, o interventor da UFPB, Guillardo Martins Alves encaminha ao Professor José Flóscolo da Nóbrega, Presidente da Comissão constituída para investigar a participação de servidores da Universidade em atividades subversivas, uma cópia da relação dada pela

Polícia Militar do Estado, das pessoas envolvidas no incidente ocorrido na Faculdade de Direito em 03 de março daquele ano. Naquela ocasião, lideranças estudantis e militantes de esquerda fizeram um protesto nesta Faculdade, com tarjas negras, boneco representando um Judas e cartazes que hostilizavam a possível vinda do governador do então Estado da Guanabara, Carlos Lacerda a João Pessoa.

Deu-se início na UFPB a uma verdadeira caça às bruxas, procurando-se erradicar do quadro docente, discente e de funcionários qualquer pessoa que fosse contrária ao Regime. Todas as atividades chegavam ao conhecimento das autoridades a nível nacional através de ofícios-relatório, onde se discriminava o andamento das investigações e informava das medidas tomadas para afastar aqueles que já haviam sido considerados culpados. O ofício a seguir, destinado ao então Ministro da Educação e Cultura, o Professor Flávio Suplicy de Lacerda, é um exemplo destes ofícios-relatório. Nele, encontramos a relação do pessoal docente, discente e administrativo da UFPB que estava envolvido em “atividades subversivas”:

“1. Pessoal Docente:

- *Pediram afastamento*
Francisco de Assis Lemos de Souza
Agassiz de Amorim e Almeida
Luiz Hugo Guimarães
- *Contratos Rescindidos*
João Santa Cruz de Oliveira (Faculdade de Direito), tendo em vista a sua participação ostensiva em movimentos de agitação subversiva na Paraíba.
José Florentino Duarte (Faculdade de Ciências Econômicas)
Laurindo Marques de Albuquerque Melo (Faculdade de Ciências Econômicas), o mesmo encontra-se preso na Ilha de Fernando de Noronha, respondendo ao inquérito policial militar instaurado pelo IV Exército para apuração de atividades subversivas no nordeste.
Josué Rodrigues de Souza, dispensando do encargo por portaria n.º 135/64.
- *Demitido*
Leonardo Moreira Leal (Assistente de Ensino Superior da Faculdade de Odontologia): por abandono de cargo, o mesmo encontra-se foragido em função da sua prisão preventiva decretada pela Justiça Militar, como indiciado em atividades subversivas.

2) Pessoal Discente:

Todas as diretorias dos órgãos de representação estudantil foram destituídas e foram nomeados interventores para todas elas. O Presidente do DCE foi afastado e está sendo investigado. Os dirigentes da União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP) estão sendo investigados. Os estudantes que participaram do “Movimento agitacionista” na Faculdade de Direito em 03 de março foram punidos com sua expulsão dos cursos que frequentavam.

3) Pessoal Administrativo:

Os funcionários estaduais que prestavam serviços na Universidade e contra os quais o Governo do Estado fez instaurar investigação como suspeitos de atividades subversivas voltaram às suas respectivas repartições. A funcionária estadual Maria do Carmo Campus de Araújo, que possuía bolsa de estudo para curso de aperfeiçoamento na Universidade de São Paulo, teve rescindido o convênio por estar sendo indiciada no inquérito instaurado pelas autoridades militares e nas investigações do Governo do Estado. O funcionário Malaquias Batista Filho, chamado pelas autoridades do Exército encontra-se foragido e por estar afastado do cargo por mais de 30 dias, foi demitido por abandono de cargo.

Seguindo sugestões da comissão de investigações criada pela portaria nº. 103/64, a Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba está sob intervenção, em virtude de se ter grandes denúncias de “infiltração ideológica”, em que até o diretor estava envolvido. A Faculdade de Farmácia está sendo investigada para apurar denúncias encaminhadas a esta interventoria” (Ofício R/GR OF. 103/64, de 11/06/1964).”

A UFPB era bem vista pelos dirigentes do regime pela sua obediência. Vemos como esta relação era próxima e amigável, a partir do recorte do ofício abaixo que contém o seguinte parágrafo alusivo ao AI 5:

“Sou profundamente grato às generosas palavras de V. Exa., ao ressaltar a posição e atitudes assumidas pela reitoria da UFPB, após a promulgação do ato institucional nº. 05, quando procuramos as salutares providências emanadas do eminente e preclaro Presidente da República, objetivando a manutenção da ordem e os superiores interesses da segurança nacional, particularmente junto à juventude universitária paraibana, cujos problemas e reivindicações vamos tratando e solucionando com o máximo de interesse, respeito e espírito de justiça”. (Ofício R/GR-hpv/OF 287, de 10/06/69)

Esta relação de proximidade deu a UFPB notoriedade nacional, com seu Reitor, Guilardo Martins Alves, chegando a ser eleito para Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, em 1969, como consta no ofício nº. 352/69, de 18 de agosto de 1969, em que o Reitor agradece a correspondência do senhor Arcimar Gonçalves Baptista, diretor-presidente da Maximus, que lhe parabeniza pela eleição ao cargo.

É interessante perceber como os dirigentes do Regime utilizavam a propaganda como seu meio legitimador. Nacionalmente, propagandas como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, ou a vinculação do governo à seleção brasileira de futebol, consagrada a primeira seleção tricampeã do mundo em 1970, eram comuns. No meio administrativo estes recursos propagandísticos também eram utilizados, carimbos de apoio ou referência ao regime, afirmando ser a “Revolução de 64 vitoriosa e irreversível” aparecem em alguns dos ofícios rotineiros da administração da reitoria.

Nos dias de aniversário do Golpe de 1964 todas as unidades integrantes da UFPB faziam atividades de comemoração ao que era chamado de “aniversário da Revolução Democrática de março de 1964”, conforme é possível constatar no ofício expedido pelo Reitor Guilardo Martins Alves ao General Délio Barbosa, Comandante da Guarnição Federal, em 31 de março de 1970, em que aquele comunica a este das atividades a serem realizadas.

Através da pesquisa no Arquivo Geral foi possível obter resultados positivos no que se refere a diversos aspectos, entre os quais: a apurada seleção realizada na massa documental acumulada nesta instituição, eliminando aqueles que não apresentavam valor ou importância para a UFPB, de acordo com a Tabela de Temporalidade; o processo de pré-classificação documental pertinente ao trabalho em foco; higienização de grande parte da

documentação permanente da UFPB; e organização e catalogação de grande parte do acervo documental referente à administração da UFPB.

Estamos conseguindo desta forma reverter o quadro antes precário da situação dos arquivos da UFPB, através da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e do Arquivo Geral, com atividades de organização como higienização, classificação e ordenação de vários conjuntos documentais.

Antes os arquivos da UFPB não se encontravam em condições de acesso e pesquisa, hoje o trabalho realizado de recuperação do acervo documental tem gradativamente possibilitado esta prática. Nosso trabalho tem por principal meta transformar todos os documentos históricos deste período, até recentemente jogados às traças, em um suporte de pesquisa aos interessados no assunto.

Com relação ao conteúdo e prática, tenho adquirido e aprofundado muitos conhecimentos, que terão um papel fundamental em minha vida acadêmica e profissional.

Referências Bibliográficas

- BELLOTTO, Heloisa Liberali. Arquivos Permanentes: Tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- BOTTINO, Mariza. "Os arquivos universitários no Brasil".
- CASTRO, Celso; D'Araújo, Maria Celina (org). Dossiê Geisel. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- CITTADINO, Monique. "A UFPB e o golpe de 64". Cadernos da ADUFPB-JP, Nº. 1. João Pessoa: ADUFPB-JP, 1993.
- COUTO, Adolpho João de Paula. Revolução de 1964: a versão e o fato. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso (org.). Ernesto Geisel. 5ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- DOLLAR, Charles. "Tecnologias da Informação Digitalizada e Pesquisa Acadêmicas nas Ciências Sociais e Humanas: O papel crucial da arquivologia". In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: 1994.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. "A organização de arquivos e a construção da memória". In: Saeculum. Revista do Departamento de História. Nº 1. João Pessoa: UFPB. Jul./Dez, 1995.
- _____. Avaliação documental: o papel do historiador. Texto Mimeografado, 1999.
- _____. "Organização de arquivos universitários: um desafio". In: Boletim do Arquivo. Vol. 4. Nº 2. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado. Jul./Dez, 2002.
- FONSECA, Maria Odília. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. In: Ciência da Informação. Brasília. V. 28. nº. 2, 1999.
- _____. Informação, Arquivos e Instituições arquivísticas. In: Arquivo e Administração. Rio de Janeiro, V. 1, nº1, p. 33-44, 1998.
- FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. 6 ed. revista. São Paulo: Moraes, 1986.
- INOJOSA, Rose Marie. "Tabela de Temporalidade". In: CASTILHO, Ataliba Teixeira (org.). A sistematização de arquivos públicos. São Paulo: Unicamp, 1991.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. 3 ed. São Paulo: UNICAMP, 1994.
- RODRIGUES, Cláudio José Lopes. Alienados e subversivos. A aventura estudantil (1950-1999). João Pessoa: Idéia, 2000.
- ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. Os Fundamentos da Disciplina Arquivística. (Tradução Magda Bigotte de Figueiredo). Lisboa: D. Quixote, 1998.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- UFPB. 20 anos de Anistia. A retratação da UFPB. Agosto de 1999.